

AValiação EDUCACIONAL E Bônus DE DESEMPENHO: ANALISANDO O PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA/METAS PARA A EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO

Fernanda Gabriely Cardoso Gomes¹; Ana Lúcia Felix dos Santos²

¹Estudante do Curso de Pedagogia- CE – UFPE; E-mail: nandagcgomes@hotmail.com,

²Docente/pesquisador do Depto de Psicologia e Orientação Educacionais – CE – UFPE. e-mail: analufelix@gmail.com

Sumário: O presente trabalho socializará os resultados finais de uma pesquisa no campo sobre política educacional que buscou analisar concepções e práticas de professores no âmbito da política estadual de educação em Pernambuco, considerando a relação entre avaliação educacional, bônus de desempenho, práticas pedagógicas em sala de aula e processos competitivos em escolas estaduais da Gerência Regional de Educação (GRE) Recife Sul. Tal pesquisa toma como foco a implementação da política educacional realizada pelo governo pernambucano que busca através de metas, conseguir elevar as notas do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco IDEPE. O campo empírico consistiu em oito escolas da GRE Recife Sul. Se apoiou numa abordagem qualitativa e os procedimentos utilizados abrangeram três etapas: Revisão da literatura, levantamento empírico e análise dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas com os professores. Os resultados apontam para uma prática dentro de sala de aula voltada para atingir as metas e conseqüentemente receber o bônus, mesmo que haja a crítica para esse incentivo e a política não agradando a todos.

Palavras-chave: avaliação educacional; bônus do desempenho; IDEPE; professores

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar o modo como as escolas estaduais de Pernambuco têm vivenciado práticas de gestão escolar no âmbito de uma política de educação estadual que articula avaliação educacional, recompensa do professor pelo seu desempenho por meio de fornecimento de bônus e um trabalho baseado em metas e resultados no interior de um programa de modernização da gestão pública.

Esse projeto é a continuidade do projeto PIBIC iniciado em 2013, intitulado: “Avaliação Educacional e Bônus do desempenho: analisando o Programa de Modernização da Gestão Pública/Metas para a Educação do estado de Pernambuco e seus impactos nas práticas de gestão escolar.”, cujos objetivos consistiam em Identificar e analisar as características da política de gestão educacional em Pernambuco, especificamente no que se refere a avaliação educacional e sua vinculação com bônus do desempenho; Identificar escola da GRE Recife Sul que atingiram as Metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE), recebendo conseqüentemente o bônus do desempenho; Identificar e analisar as concepções e práticas de gestão escolar que se voltam para o atendimento das metas do IDEPE.

Assim, na continuidade desse projeto o foco foi ampliado e a investigação seguiu para a questão dos professores que atuam nessas escolas, visto que o professor tem um papel fundamental para que a escola consiga atingir as metas propostas para o IDEPE e através dos estudos pôde-se perceber que o Bônus foi criado com a intenção de melhorar o desempenho de todos os trabalhadores, como se pode ver na Nota Técnica: “O novo

sistema também incentiva os profissionais que vivem o dia-a-dia da escola (diretor, professores, coordenadores e funcionários) para trabalharem de forma agregadora e com mais entusiasmo, uma vez que uma política de incentivos também foi pensada para esses trabalhadores”. (PERNAMBUCO, 2008a, p.5).

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho pautou-se nas três seguintes etapas: Revisão de literatura, levantamento empírico e análise de dados. A primeira fortalecendo o entendimento teórico-metodológico da pesquisa sobre as políticas públicas para educação, relacionando-os com concepções de estado regulador/estado avaliador e sua articulação com o oferecimento de uma educação com qualidade social; a segunda etapa consistiu em aproximar o entendimento do espaço empírico da pesquisa, caracterizando o Programa de Modernização da Gestão Pública/Metas para a Educação do Estado de Pernambuco, e elaboração de um roteiro de entrevistas semiestruturadas; e, a terceira e última parte do trabalho, consistiu em analisar os dados coletados. Essa análise foi baseada na técnica de análise de conteúdo, que organiza os resultados por temática, e, para Bardin (2002), serve para descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação.

RESULTADOS

A avaliação educacional é um ponto fundamental e decisivo no dia-dia de uma escola, e conseqüentemente no trabalho dos professores, pois seu trabalho é voltado para o ensino/aprendizagem dos alunos. Tais avaliações servem para que fique claro o que precisa mudar, o que precisa ser aperfeiçoado para que se consiga obter melhores resultados, e claro, a prestação de contas tanto para a sociedade, quanto para o governo. De acordo com Castro (2009), “a consolidação da política de avaliação educacional no Brasil é hoje instrumento fundamental do processo de prestação de contas à sociedade e de enriquecimento do debate público sobre os desafios da educação no país”. p.273

O principal indicador utilizado para monitorar a qualidade da Educação Básica no Brasil chama-se Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o qual “combina as notas da Prova Brasil/Saeb com as taxas de aprovação, visa coibir tanto a reprovação indiscriminada como a prática de aprovar alunos que nada aprenderam” (FERNANDES E GREMAUD, 2009, p.1). Tomando por base o IDEB, em Pernambuco foi desenvolvido o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco IDEPE, que é um índice adotado que baliza os resultados da avaliação em Pernambuco anualmente.

Tendo como objetivo do Estado de PE aumentar seu IDEB, unidades escolares definem metas anuais a serem atingidas a partir da realidade vivida, e terão que superá-la em relação a elas mesmas. No caso das metas anuais serem atingidas, os profissionais da educação da escola recebem um incentivo financeiro, o qual é chamado de Bônus do Desempenho. Pode-se dizer que o bônus “é um incentivo financeiro para os profissionais de todas as escolas que atingirem as metas propostas. A unidade que alcançar 50% da meta receberá a metade do bônus; e a partir daí, será considerado o intervalo de 10% até atingir a meta de 100%” (PERNAMBUCO, 2008^a, P.11).

Porém, nem todos os professores concordam com essa política do Bônus do Desempenho, pois como somente duas matérias (português e matemática) são avaliadas nessa prova, os professores dessas disciplinas podem sofrer pressão no trabalho para que todos consigam tal remuneração no final do ano.

DISCUSSÃO

Um dos objetivos da pesquisa consistiu em analisar as concepções dos professores que estão inseridos no sistema de educação pernambucano tem sobre o IDEPE, suas metas

e suas práticas. Uma das preocupações consistiu em identificar o que os mesmos entendem sobre essa temática. Com isso, buscou-se averiguar seus conhecimentos sobre o programa de modernização da gestão e o IDEPE, e, de uma forma geral, foi visto que os sujeitos entrevistados dividem-se em os que têm conhecimento e os que conhecem superficialmente o programa. O índice povoa o entendimento dos professores mas quanto ao Programa de Modernização da Gestão o que foi percebido é que não há muita clareza do que é esse programa. De uma forma geral, mesmo a política estando em ação, os professores estando submetidos a ela, nem todos possuem clareza de que o IDEPE “ tem o papel de dialogar com a escola, fornecendo um diagnóstico de sua qualidade, apontando os pontos em que precisa melhorar e sinalizando na evolução, ano a ano” (PERNAMBUCO, 2008, P.11). Este Índice é dos pontos centrais do Programa de Modernização, especificamente no que diz respeito à educação. Pois, há a tríade avaliação educacional, metas e bônus do desempenho, todos mediados por esse Índice.

Pontual (2008) mostra em suas fundamentações teóricas que o bônus de desempenho vem ganhando sua popularidade pelos sistemas de ensino que adotam essa política. E isto pôde ser reafirmado na análise das falas dos sujeitos. Concordando ou não com o BDE, Bônus de Desempenho Educacional, os professores acabam mudando suas práticas pedagógicas em sala de aula almejando o bônus. Ainda que possuam conhecimento superficial, ou não sendo a favor do Programa de Modernização, a grande maioria dos entrevistados disse que houve alguma mudança em sua prática pedagógica, sua metodologia em sala de aula, buscando alcançar a meta estabelecida para assim receber o Bônus de Desempenho, mesmo que não fosse a favor do mesmo. Ou seja, a política impacta no dia-a-dia dos professores. Não se pode generalizar e dizer que todos os professores mudam suas estratégias metodológicas visando apenas receber o bônus, mas o que se percebe é que pelo fato de a política ser focada em metas de resultados que envolvem a língua portuguesa e a matemática, por exemplo, as falas dos entrevistados levam a crer que há uma grande influência na política para a prática (IDEPE, BDE, meta), então a escola, os professores, os diretores, todos em conjunto, vão se voltar a elaborar atividades que busquem atingir a meta e conseqüentemente receber o Bônus de Desempenho Educacional – BDE.

Mesmo que seja um incentivo, os dados mostraram que esse é um assunto que divide opiniões e mostrou que boa parte dos sujeitos entrevistados sentem falta de uma política de valorização profissional, do recebimento de um salário justo, não se mostrando favorável a esse incentivo.

Segunda a Nota Técnica:

O Bônus é mais um incentivo para promover a qualidade do ensino e valorizar a remuneração dos profissionais da educação, mas não faz parte do salário mensal dos servidores.

A bonificação varia de 50% a 100% de acordo com o percentual atingido da meta. A unidade que não conseguir alcançar pelo menos 50% da meta não terá direito ao bônus. A escola que alcançar 50% da meta estipulada receberá a metade do bônus; e a partir daí, o valor será proporcional ao percentual atingido da meta. (PERNAMBUCO, 2008a, p.7)

A pesquisa também voltou-se para as possíveis situações de competitividade entre os professores na escola, e, durante o processo das entrevistas ficava claro na fala de diversos professores que não havia competitividade dentro da Escola, existia sim uma prática em conjunto com a gestão e demais professores em buscas de melhores estratégias para melhorar o nível dos alunos e conseqüentemente alcançar a meta do IDEPE. O processo competitivo acaba acontecendo entre as Escolas Estaduais de Pernambuco e não

dentro das Escolas como acreditava-se existir. Essa percepção ficou evidente na fala de professores que comentaram de Escolas que haviam recebido o bônus, ressaltando as afirmações de discussões teóricas de autores que vem estudando sobre o bônus de desenvolvimento quando afirmam que esse tipo de política leva a um processo competitivo entre as escolas.

Autores que estudam o Bônus de Desempenho ressaltam que mesmo que o bônus tenha sido criado para melhorar o desempenho dos professores, corre-se o risco de gerar um processo competitivo, devido a meritocracia, como Wellington Menezes (2010) explica: “A meritocracia dentro de uma categoria profissional além de fazer uma clivagem corrosiva dentro dos seus quadros, alicerça uma condição avassaladora de hostil competição entre seus membros.” (p.2-3). Isso pode acabar gerando uma estratégia pelas Escolas e professores em exigir mais das matérias de língua Portuguesa e Matemática para que o aluno tenha um bom desempenho na prova e, automaticamente, não darem ênfase aos conteúdos de outras disciplinas, por exemplo.

CONCLUSÕES

Os dados analisados na pesquisa nos mostram que dentro da política estadual de educação em Pernambuco, existe um conhecimento geral por parte dos professores em relação ao IDEPE e que a política impacta na escola, já que há a busca para o alcance das metas. A maioria dos professores, mesmo tendo conhecimento e compreendendo que o Bônus não seja um instrumento de valorização profissional, que o correto seria uma valorização da categoria no mercado de trabalho, boa parte, acaba buscando meios e práticas para receber a bonificação. Eles têm clareza que essa não é a melhor forma de incentivo, de melhoria das condições de trabalho do professor, mas nas condições salariais que vivem e na falta de um salário digno, todo empenho é válido para o 14º salário.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq-UFPE pela oportunidade e pelo auxílio financeiro para a realização da pesquisa. À Deus. À professora Ana Lúcia Felix pela confiança depositada, paciência, ensinamentos e compreensão. Ao grupo de pesquisa e aos amigos. E aos meus pais que mesmo distantes me incentivam.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. 2002. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de. set./dez 2009. *A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.271-296.
- FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. 2009. Qualidade da educação: avaliação, indicadores e metas. In: VELOSO, Fernando et al. (Orgs.). *Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. p. 213-238.
- MENEZES, W. F. 2010. O “*processo imbecilizador*”: proletarização e humilhação docente como instrumento de política neoliberal na educação básica em São Paulo. In: VII SEMINÁRIO DO TRABALHO.
- PERNAMBUCO. *Nota Técnica*. A Avaliação das Escolas Estaduais e o Bônus do Desempenho – BDE. 2008a Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/nota_tecnica_idepe.pdf>
- PERNAMBUCO. *Programa de Modernização da Gestão Pública*. Metas para a educação. 2008b Disponível em: <http://www.educacao.pe.gov.br/upload>



PONTUAL, Tereza Cozetti. *Remuneração por Mérito: Desafio da Educação*. Nov. 2008.
Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/arquivos/>